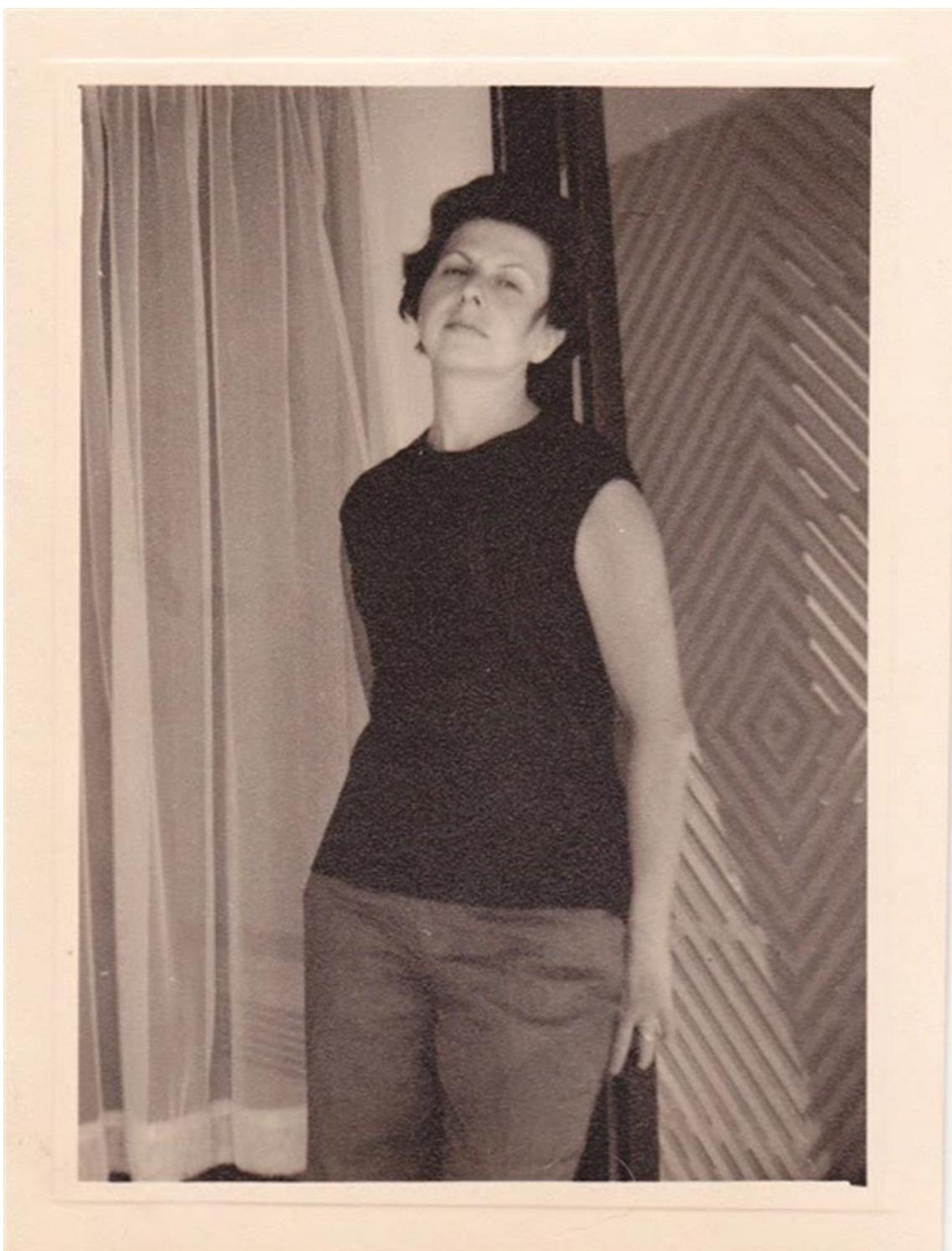


Maria Judite de Carvalho: paisagem sem barcos com mulher ao fundo
https://assinatura.ionline.pt/artigo/596870/maria-judite-de-carvalho-paisagem-sem-barcos-com-mulher-ao-fundo?secao=Mais_i

Isabel Cristina Mateus
icmateus@ilch.uminho.pt



Discreta, ousada, paradoxal, visionária, “feiticeira da solidão”, nas palavras de Urbano Tavares Rodrigues, Maria Judite de Carvalho deixou-nos há vinte anos. Mas a sua escrita tecida de silêncio e rebelião, a sua “crónica de coisa nenhuma”, continuam a provocar-nos ainda hoje.

Quando Maria Judite de Carvalho (1921-1998) publica o seu livro de estreia *Tanta Gente, Mariana*, na véspera da década de 60, anuncia, sem o saber, aquela que viria a ser uma das mais notáveis e singulares ficcionistas de um novo tempo literário. Inscrevendo-se na onda de mudança inaugurada por *A Sibila* de Agustina Bessa-Luís (1954), Maria Judite de Carvalho afirmar-se-á, ao longo de uma obra que conta com quase duas dezenas de títulos, como uma das vozes mais marcantes dessa “literatura desenvolta” nascida da modernidade industrial e urbana que, na expressão de Eduardo Lourenço, caracteriza a geração dos “filhos de Álvaro de Campos”. *Desenvoltura* significa aqui uma linguagem eticamente despreocupada, uma ousadia em termos de comportamento amoroso, erótico e sexual sem precedentes no panorama literário português; acima de tudo, a irrupção de uma voz literária feminina até então praticamente desconhecida na masculina tradição pátria.

A *desenvoltura* da escrita de Maria Judite de Carvalho não se confunde, até pelo lugar pioneiro, com a “soltura” linguística de Natália Correia ou das autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, mas nem por isso é menos decisiva no silencioso dinamitar do quadro mental e ideológico do antigo regime. A obra de Maria Judite de Carvalho não se reduz, todavia, a essa dimensão documental, antes se constitui literariamente como um íntimo e minucioso *scanning* do mundo interior feminino (e, de um modo mais vasto, da interioridade humana), um olhar penetrante sobre a banalidade dos dias que são os nossos, uma lúcida interrogação sobre um tempo apenas pressentido e que não é já o dos filhos, mas o dos netos e bisnetos de Álvaro de Campos. O nosso.

Escorre nesta escrita um tempo em dissolução, de desencanto ou de espera permanente que arrasta as personagens e as condena ao exílio de um presente sem futuro, à errância e à condição de sísifos solitários. Percorrê-la, nos seus diferentes registos genológicos, é folhear um mundo de álbuns cujas imagens subitamente ganham vida, acordar rumores em armários vazios, desfazer malas de viagem, descobrir mulheres que nos olham e interpelam do outro lado dos espelhos do tempo. Se, como sublinha Eduardo Lourenço, é verdade que Maria Judite escreve “o memorial

melancólico e exacto” da pequena e média burguesia do antigo regime, dos seus silêncios e interditos, não é menos verdade que ela anuncia um futuro sibilamente entrevisto como um tempo de revolução.

A “poética do silêncio” que define esta escrita é a tradução (não inteiramente *lost*) do mundo fechado e de fachadas, de silêncio e de silenciamentos, de medo e de tabus do Estado Novo. Mas é também o contraponto corrosivo à loquacidade viril, a voz silente das mulheres enquanto linguagem de resistência. Contidas nos gestos, de uma eloquência feita de “palavras poupadas” —título do segundo livro da autora (1961) —, as personagens da escritora são um vulcão silencioso prestes a explodir. Lava contida daquela que é hoje a incandescente palavra feminina. A “astenia do discurso” que, no dizer de Isabel Cristina Rodrigues, caracteriza estas personagens, prévia à invenção de uma *fala* feminina liberta de véus morais e sociais, está no centro de uma escrita da desocultação que *Paisagem sem Barcos* anuncia: “*Imobilizar as coisas, as pessoas, os momentos, arrancar-lhes um a um todos os véus, depois olhá-los bem, longamente, saciar-se deles até os olhos lhe ficarem doridos e as pálpebras descerem de cansadas. Olhá-los assim para ter coragem*”.

Para a autora, a escrita é esse gesto de coragem. Um gesto tecido de solidão e desespero, como o daquele homem, tragicamente atropelado no dia em que realizara o maior sonho da vida: ter um fato novo, sem remendos. O fato que traz vestido no momento em que é colhido por um carro, mistério intrigante para a família. As personagens de Maria Judite estão quase sempre na iminência de ser atropeladas (ou são-no mesmo) por uma força que as transcende e as arrasta, chame-se ela determinismo social, darwinismo económico selvagem ou força trágica. Como é o caso de Joana (Jô), do conto “*Paisagem sem Barcos*” que deu o nome ao volume publicado em 1965, incapaz de decidir entre dois amantes, um presente sem futuro e um passado que não chega a ser presente, remetida a um “*falar sem som, o falar calada*” para arranjar coragem de dizer a Artur “*tudo o que vai dentro de si*”, o lento escorrer dos dias.

O mistério inominável que envolve Jô é o não-dito (porque interdito) da sua “estranha forma de vida”, a ameaça que essa *não-vida* representa para a ordem política e os bons costumes. O presente como lugar de exílio, a solidão como preço do desencontro com o mundo. O medo da solidão que dará a Mariana Toledo (*Tanta gente, Mariana!*) vontade de cuspir-se: “enjoada comigo mesma como se me tivesse provado. Um pedaço de pão que depois de se mastigar durante muito tempo acabasse sabendo

mal. Sabendo a mim própria, aos meus próprios sucos. Cuspi-me com desagrado para cima da cama e aqui fiquei líquida e espapaçada. É um estado de espírito entre calmo e desesperado com uma leve ansiedade à mistura. Por vezes, sinto medo desta solidão maior do que nunca foi, imensa. Para onde quer que me volte só dou comigo mesma. Mas já me vi bastante e acabo de reparar que nada mais tenho a dizer-me. Nada mais”.

A marca de água da escrita de Maria Judite de Carvalho reside na *diferença* deste olhar feminino, demoradamente pousado sobre o mundo, sobre os outros, sobre as coisas, na atenção aos detalhes aparentemente mais anódinos ou íntimos da vida quotidiana, sondando o tumulto dos sentimentos e pulsões, os dramas ocultos de cada um, olhar que confere à sua escrita um forte pendor cinematográfico.

No universo ficcional da escritora, as mulheres são ilhas isoladas, “sem arquipélago”, erguendo-se contra o mar dos dias. Ilhas misteriosas e incomunicáveis, solitárias como paisagens sem barcos; lugares nómadas onde nada mais há a fazer senão “*subir, subir à procura de um resto de sol*” ou “*querer ir embora e sem partir*”. Jô, como Mariana Toledo ou Dora Rosário (*Os Armários Vazios*, 1966) são esse lugar móvel e solitário, à procura de uma felicidade invariavelmente adiada ou impossível. Exemplo da mulher submissa do Estado Novo, Dora vê-se subitamente atropelada pelo destino e convertida em “*viúva de carreira*”. Gestos banais como “*almoçar no balcão de uma pastelaria ou de um snack qualquer*”, fumar um cigarro depois do café, tornam-se irreverentes, denunciando a mudança comportamental que a insularidade forçada da viuvez provocará na sua vida.

A escrita de Maria Judite de Carvalho não perdeu hoje a sua força subversiva. Pelo retrato anunciado dos dias que são os nossos. Dias em que o dinheiro, os senhores dos mercados, a vertigem do sucesso, parecem ter tomado conta de todos os gestos da nossa vida pública e privada. Dias líquidos, velozes, em que a tecnologização crescente e a assepsia do pensamento fizeram de nós máquinas vazias de coração em busca de uma felicidade prometida mas invariavelmente adiada.

Olhando-nos no espelho desta escrita, fica-nos a incómoda sensação de termos atropelado a memória destas mulheres. E de repente, ao abrimos os armários do tempo, nos descobrimos sem voz. Tão solitários como ilhas.